



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638339 - TO (2021/0000670-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ROMULO RIBEIRO PINHEIRO
ADVOGADO : RÔMULO RIBEIRO PINHEIRO - TO006727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : FERNANDO GOMES QUEIROZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO GOMES QUEIROZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0000033-79.2021.8.27.2700).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão da "suposta prática dos crimes de ameaça, no âmbito das relações domésticas e familiares contra a mulher, e descumprimento de medidas protetivas de urgência, capitulados no artigo 147 do CP, com as implicações da Lei nº 11.340/06, bem como do artigo 24-A, da Lei Maria da Penha" (fl. 92).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que a prisão preventiva foi decretada de ofício, o que conduziria ao relaxamento da segregação cautelar. Acresce alegação quanto à "ilegalidade na decisão que dispensou a audiência de custódia" (fl. 19) bem como quanto à ausência de requisitos para a preventiva e de fundamentação idônea, porquanto baseada na gravidade abstrata do delito e sem observar as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja posto em liberdade ou a fixação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial porque a "jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, alinhada ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, tem admitido que, 'ante o descumprimento de medida protetiva de urgência versada na Lei nº 11.340/2006, tem-se a sinalização de periculosidade, sendo viável a custódia provisória' (HC n. 169.166, relator Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 2/10/2019)" (HC n. 602.745/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 20/10/2020), o que afasta a plausibilidade do pedido.

Também sem plausibilidade a alegação de nulidade em razão da decretação da preventiva de ofício, pois as "alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 não impedem a conversão da prisão em flagrante em preventiva, de ofício, pelo Juízo singular, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP e a necessidade urgente da cautela processual" (HC 614.155/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 1º/12/2020, DJe 11/12/2020). Esse entendimento fica ainda mais fortalecido, em se tratando de crimes inseridos no âmbito da Lei Maria da Penha, pois esta prevê expressamente a possibilidade de decretação de MPUs, incluindo a prisão preventiva, de ofício, pelo juiz.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente